Festa e Cotidiano: o olhar de viajantes, sacerdotes, memorialistas e historiadores sobre a religiosidade popular no norte goiano

Weberson Ferreira Dias¹
Maria de Fátima de Oliveira²

“É preciso ter vivido e sofrido com esses brasileiros privados toda a vida de qualquer doçura e encanto da civilização para compreender a alma sertaneja e, até certo ponto, excusar essas expansões ruidosas essa mistura de alegria religiosa e profana nos dias bem raros em que podem divertir-se”
(AUDRIN, 1946, p. 207)

RESUMO

Este ensaio tem como proposta revisitar a história das comemorações religiosas, no território goiano, com base em autores consagrados da historiografia goiana, tais como Luiz Palacin, Carlos Rodrigues Brandão, entre outros. Apresentar como as festas religiosas são abordadas nesta historiografia, ressaltando as especificidades de uma das maiores manifestações do sudeste do Tocantins, a Romaria do Senhor do Bonfim, de Natividade (TO), localizada no antigo Norte - goiano. Para ambientar a pesquisa, buscamos evidenciar como as festividades estiveram presentes na cultura, cotidiano e fé dos moradores, demonstrando sua importância para sociabilidade e estímulo para continuar na labuta. Assim, nos propomos a refletir sobre a historiografia das festas nesta região específica, visto que as manifestações religiosas não nos afastam da História, mas nos oferecem ricos subsídios para torná-la mais compreensível, mais rica, mais dinâmica e até mais humana. Esta análise, em caráter preliminar, faz parte das pesquisas iniciadas em 2017, no Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), na Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus de Anápolis (GO).

Palavras-Chaves: Festas. Romaria do Bonfim. Tocantins.

¹ Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Atualmente é Assistente em Administração da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás. E-mail: webersondias@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: proffatima@hotmail.com.

Introdução

Duas questões que norteiam a humanidade são “Para onde vamos!?” e “O que nos aguarda no outro mundo seria, de fato, resultado daquilo que vivemos ou proporcionamos no tempo presente?”. Se pensarmos a religião como delatora destas respostas, vamos entender os motivos da grande procura pelas festas de santo no interior do país. Preces, orações, quermesses e procissões dão o tom dessa busca também em Natividade (TO), durante a Romaria do Senhor do Bonfim.

Nesta discussão o intuito é traçar a história das comemorações religiosas, no território goiano, com base em autores consagrados de Goiás, tais como Calos Rodrigues Brandão e Luiz Palacin. Em seguida, daremos início ao que a historiografia tocantinense diz sobre festas e detalharemos as características de uma das maiores manifestações do sudeste do Tocantins. Deste modo, pretendemos apresentar as duas historiografias para recontar o percurso das festas naquele território.

A ideia é apresentar como as festividades e as religiosidades estiveram presentes na cultura e cotidiano dos tocantinenses, mesmo antes da divisão com o sul de Goiás, demonstrando sua importância para sociabilidade e força para enfrentar as labutas diárias.

Há de se destacar também que esta investigação, de forma preliminar, faz parte das pesquisas iniciadas em 2017, no Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), na Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus de Anápolis (GO).

A religiosidade popular à luz da historiografia goiana

O documento que inaugura os escritos sobre as terras brasileiras é o Regimento do primeiro governador-geral do recém-descoberto Brasil, Tomé de Sousa³. O texto é uma espécie de Carta de Serviços, que expunha as responsabilidades da coroa com a terra recém-descoberta pelos portugueses e o qual deveria guiar o primeiro administrador do Brasil. O documento assinala:

Eu, ElRei, faço saber a vós, Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que

³ Tomé de Souza era um militar e político português que chegou ao Brasil em 29 de março de 1549. Relatos históricos garantem que sua expedição chegou à Bahia em 1549, com cerca de mil homens, fundando a cidade de Salvador em 29 de março do mesmo ano.

melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus Reinos e Senhorios e dos naturais deles (SOUSA, 1968, p. 1).

O escrito retrata o caráter também religioso do grupo português ao desembarcar nas novas terras, ao demonstrar a preocupação de elevar a fé das terras descobertas a um grau de mérito mais alto. Tanto é verdade o caráter religioso cristão que cita o governador, que na expedição de Tomé de Sousa chegaram também padres jesuítas com a missão de pacificar os indígenas e ampliar as ideias do cristianismo na Colônia. Estava, portanto, fundado no Brasil o forte cristianismo, que se estende até os dias de hoje, resguardadas as suas reformulações e sincretismo.

É com base neste período de chegada dos portugueses, que Luis Palacin Gómez vai aprofundar suas pesquisas para referenciar o livro “Sociedade Colonial (1549-1599)”. A obra, que abre caminhos para a historiografia goiana, faz um recorte que inicia no cinquentenário do Descobrimento do Brasil, em 1549 (séc. XVI) e segue até a estruturação administrativa das capitanias, em 1599 (séc. XVII).

No livro, Palacin traz um capítulo para tratar de religião e educação e nele discorre sobre os ritos cristãos. Segundo o autor (1981, p. 278), a religiosidade popular encontrou “um meio ideal de desenvolvimento”, na recém descoberta colônia brasileira, “sociedade que fazia do ócio e da festa sua profissão”. Ainda sobre religiosidade popular, acrescenta:

A secularização da vida, que se processa nos tempos modernos, ainda não tinha atingido, nem de leve, as estruturas religiosas do viver cotidiano. As grandes datas da existência estavam marcadas todas pelos sacramentos da Igreja e saturadas de sentido religioso, assim como o calendário do ano recebia seu ritmo e seu relevo do calendário litúrgico. Continuava em uso o antigo costume medieval de designar uma data não pelo mês e o dia, senão pelo santo litúrgico. E as grandes épocas, eram as do ciclo cristão: o advento e o Natal, a quaresma e a Páscoa, Pentecostes, assim como as festas populares eram as festas dos santos universais (Nossa Senhora, São Pedro e São João) e as festas dos padroeiros locais (PALACIN, 1981, p. 278).

Através deste excerto de Palacin, podemos destacar que a religião tinha influência sobre as variadas esferas da vida social, como parte do cotidiano, de tal forma que a vida era regida pelo calendário litúrgico. Segundo Palacin (1981), no século XVI, a religião ocupava o centro de convergência de todos os valores.

Por não conseguir abolir completamente o comportamento religioso, de acordo com o autor (1981), a religiosidade popular multiplicou as manifestações exteriores, como veneração dos santos e suas imagens, cultos, procissões e penitências públicas. Para o autor,

Temos que levar em consideração a função catártica da prática coletiva da religião, única nesta época. Afora a guerra, a religião constituía então a única manifestação psíquica coletiva. Todo o fervor popular que hoje canalizam a política, o esporte e o espetáculo então quase não tinha outra possibilidade de manifestar-se nas solenidades religiosas (PALACIN, 1981, p. 282).

No que diz respeito à função catártica, segundo Dias e Amaral Filho (2013), diversos fatores favorecem a experiência do público em relação ao sentimento comum, capaz de fazer chorar, sorrir, sentir o sobrenatural. “O momento de suspensão é quando o grupo sente o clima e está sintonizado com o ‘outro mundo’, ainda que de forma momentânea” (DIAS; AMARAL FILHO, 2013, p. 6)⁴.

Ainda falando sobre o catolicismo brasileiro, Palacin (1981, p. 279) destaca que o “cristianismo das massas populares” fundamentado em “excessos idolátricos” seguiu uma das correntes da religiosidade, cujas práticas seriam mais tarde aprovadas e santificadas pela contrarreforma tridentina⁵, no intuito de “opor-se frontalmente ao protestantismo”.

Após 14 anos, no livro “História de Goiás em Documentos”, Palacin *et al* (1995) retoma o tema da religião e das festas populares católicas. Na oportunidade, assim como em 1981, Palacin *et al* (1995, p. 194) reafirmou que “em torno da religião organizou-se grande parte dos valores e da vida social da Capitania” de Goiás e, segundo ele, “os padres ocupavam o centro das atividades nos arraiais”, nos pequenos povoamentos. Assim,

As comemorações religiosas constituíram momentos privilegiados de reafirmação da fé cristã e da convivência social da Capitania, representando um dos raros momentos de fuga da rotina e da socialização entre os membros da Vila e arraiais vizinhos (PALACIN, 1995, p. 194-195).

Embora saibamos que Tomé de Sousa trouxe jesuítas em sua expedição para catequizar os indígenas e apesar desta centralidade de valores na religião católica, Palacin (1995) lembra que em outro momento da história, a presença do grande número de africanos foi responsável pela penetração e fixação de muitos rituais e crenças trazidos da África.

Mais recentemente, ao estudar a Festa do Divino, em Pinerópolis (GO), a Festa de Santana, na Cidade de Goiás (GO), e a Festa de São Sebastião, em Abadiânia (GO), no contexto da pós-modernidade, Almeida e D’Abadia (2010, p. 58) lembraram que as

⁴ Em outro artigo, abordamos este assunto. Confira: DIAS, Weberson Ferreira; AMARAL FILHO, Otacílio. (2013). **Possibilidades de Comunicação em Romarias**. (On-line). INTERCOM. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1543-1.pdf>>. Acesso em: 26 Fev. de 2017.

⁵ A Contrarreforma, ou Reforma Católica foi um movimento iniciado em 1545, pela Igreja para conter a crescente onda da Reforma Protestante, de 1517, iniciada por Martinho Lutero (1483-1546).

manifestações populares “expressam a construção simbólica e cultural de determinados grupos de pessoas seguidoras da crença religiosa no interior da qual se concebe a festa”. Além de projetarem as situações da vida, as festas locais e religiosas no interior, segundo elas, são as mais importantes. São eventos capazes de represar a força de trabalho no período em prol da festança, uma crença que tais elementos simbólicos o sustentem em sua vida ordinária, fortalecendo o espírito cansado pelas angústias do cotidiano e garantindo a continuidade da sociedade a partir do tempo festivo (ALMEIDA; D’ABADIA, 2010).

Os ritos tocantinenses na historiografia goiana

Como Palacin, outro autor que também contribuiu para a história narrada até aqui foi Lindolpho Emiliano dos Passos. Em seu livro de memórias, o policial discorre sobre a religiosidade na região do antigo norte goiano. Assim descreveu o povoado, onde hoje é Porto Nacional, na década de 40:

Havia na cidade um bom colégio dirigido por freiras dominicanas e um mosteiro de frades da mesma ordem, erigido junto ao grande templo devotado à Senhora das Mercês, padroeira do lugar. À tarde desse dia (29), assistimos à piedosa procissão de São Pedro, com grande acompanhamento dos fiéis (...). Despertamos às 6 horas da manhã, ao som do sino da matriz, chamando os fiéis para a santa missa (PASSOS, 1986, p. 216).

O autor evidencia que a religiosidade era elemento comum em Goiás, nesta década, quando a sacralização da vida não era uma realidade, por parte da maioria. Palacin exemplifica a frase em seu livro “Coronelismo no Extremo Norte de Goiás”, ao tratar da segunda revolução da Boa Vista, atual Tocantinópolis, sobre a importância de João de Souza Lima⁶:

Em 1987, dois anos após o término da guerra, quando as feridas dos campos, da cidade e dos espíritos começavam a fechar-se com a cura do tempo e a dispersão dos protagonistas, retornava a Boa Vista, depois de catorze anos de ausência, o padre. Tinha perdido quase menino e retornava homem e padre. Um acontecimento, sem dúvida, para a pequena vila a chegada de um filho da terra elevado à dignidade do sacerdócio (PALACIN, 1990, p. 91).

Diante das dificuldades de ensino e raras oportunidades na região, tornar-se padre era, para as famílias, motivo de orgulho e exemplo para muitos.

⁶ Padre João nasceu em 3 de setembro de 1869, fruto da união do casal José Francisco de Araújo e de Nazaré Lisboa de Souza Lima e faleceu em 29 de setembro de 1947 (CORREIA, 1977; CAMPOS, 1996).

Seguindo nesta linha histórica, além de Lindolpho Emiliano dos Passos, quem também esteve por aquelas paragens nos idos de 1900 foi Francisco de Britto. Em seu livro “Memórias de outro Tempo”, ele se ocupa em narrar os preparativos para outra festa popular no Tocantins, quando ainda norte de Goiás. Como um dos imperadores da Festa do Divino, narra o autor:

O primeiro dia de festa se revertia para mim e para toda a cidade da maior importância. Era o dia do encontro das folias, que chegavam do interior do município onde haviam permanecido um mês pedindo esmolas. (...) Nas ruas roçadas de novo havia intenso movimento de pedestres e de cavalarianos, cada qual envergando a sua fatiota⁷, mostrando as suas botinas e montarias com passadores de prata, rabicho e peitoral. As folias chegavam às duas horas da tarde, mas desde o meio dia a multidão se comprimia no local do encontro.

Do rico fazendeiro ao ‘camarada’ de pé no chão, velhos e moços, mulheres e crianças, não havia quem não desejasse assistir àquele espetáculo que tinha lugar uma vez por ano. Ao sentimento religioso da população mesclava-se a vaidade dos filhos das famílias mais importantes, interessados em exhibir a solidez de suas posses. (...) Os tambores se fizeram ouvir à distância e aquele som festivo fez subir aos céus centenas de foguetes. O cheiro de pólvora, a fumaça, a poeira, nada amortecia o entusiasmo do povo que ouvia o rataplan⁸ vindo do sul e do norte, anunciando a aproximação das folias. (...) As folias se hospedaram na casa de meu padrinho (...).

Após o café com muito bolo e biscoito os foliões saíram para a rua (...). Na matriz os sinos vibravam alegremente, manipulados por mãos hábeis. A igreja estava toda enfeitada de flores naturais e de bandeirolas de papel. No altar, as velas lacrimejantes davam às imagens e aos paramentos litúrgicos um toque de mistério, infundindo respeito e temor (BRITTO, 1980, p. 33-35).

A descrição acima, nos faz lembrar um grande número de elementos que compõem as festas do catolicismo popular, em especial aquelas localizadas na zona rural ou em pequenos povoados. Podemos citar que foguetes, bandeirolas, mesas fartas de comida, batuques, multidão, velas e quermesses⁹, floresciam o sentimento religioso do qual relata o autor.

⁷ Fatiota é sinônimo de vestimenta, roupa, traje de qualidade, quando refere-se às ocasiões especiais, geralmente formais.

⁸ Rataplan significa voz imitativa do som do tambor ou rufo dos tambores.

⁹ Quermesse é uma atividade organizada junto ao templo católico, nos dias de festas religiosas, com o objetivo de arrecadar fundos para as obras sociais da igreja, reformas nos templos e atividades de manutenção dos serviços religiosos. Na quermesse são realizados, leilões, bingos e venda de alimentos e bebidas. É o momento de socialização da festa (ALMEIDA; D’ABADIA, 2010, p. 63).

A região da Romaria do Bonfim na ótica da historiografia tocantinense

De acordo com Messias (2010) são escassas as fontes locais para quem se propõe a estudar as festas religiosas no Tocantins.

Nesta segunda parte, o propósito é fazer uma descrição minuciosa da Romaria: mostrar a relação do calendário religioso e agrícola, a importância das festas para a comunidade local, como e o que acontecia durante o evento naquele município, de que forma se dava a vinculação social (nos moldes de Muniz Sodré), explicar sobre as relações de negócio e consumo estabelecidas durante a festa, quais instrumentos musicais eram utilizados para a comemoração, o que era servido nas mesas, durante as chamadas comilanças... Enfim, mostrar como a festa estava na fronteira do sagrado e do profano.

Se para Luis Palacin a religião está intrinsecamente ligada à vida social, Durval Godinho reforça essa opinião no livro “História de Porto Nacional”, também região de intersecção do referido estudo, ao contar a história da divisão eclesiástica, datada de 1861. Segundo Godinho (1988), o bispado foi dividido em cinco câmaras Eclesiásticas ou Vigarias Gerais e, desde aquela época, Natividade estava inserida na 4ª Vigaria Geral, que compreendia as Paróquias de Natividade, Palma, Conceição, Porto Imperial (hoje, Porto Nacional) e Boa Vista (Tocantinópolis).

Outro autor que também morou por décadas na região e relata o que viveu junto ao que ele chama de índios e sertanejos, foi Frei José Maria Audrin¹⁰. Em seu livro de 1946, ele relata a entrada do primeiro bispo da Diocese de Porto Nacional, Dom Domingos Carrerot, entre 1913 e 1921, em Bonfim:

A 14 de agosto Dom Carrerot fez sua entrada no arraial do Bom Jesus de Bonfim, e lá se deteve em árduos trabalhos, até o dia 18. Era preciso com efeito atender a milhares de romeiros vindos em procura de confissões, de batismos, de casamentos e sobretudo de crisma. Além de tudo isto, as rezas solenes, as missas cantadas, as procissões, os sermões. Mal se achavam

¹⁰ O frei dominicano Audrin nasceu em 1879, em Bédarieux, sul da França. Foi importante sertanista, estudando usos e costumes das populações interioranas. Após ter feito missões por 48 anos no Brasil, retirou-se para um dos Conventos no sul da França, em 1952, onde permaneceu até a sua morte, com quase 100 anos de idade, em 1979 (MARTINS, 2012). Nestes 48 anos de missão, segundo Godinho (1988, p. 98), frei Audrin foi superior de convento de 1921 e 1928. Culto escritor primoroso citado em antologias brasileiras. Amigo da juventude, deixou assinalados melhoramentos em Porto, tais como: criação da Banda de Música ‘Lira Santa Tereza’, clube lítero-artístico ‘União dos Moços Católicos’. Refundou a Confraria do Rosário e a Ordem Terceira dos Dominicanos. Reitor e criador do Seminário Menor São José em 1922. Enriqueceu a vasta bibliografia conventual. Faleceu nonagenário em sua pátria, a França. Consta que em sua cela, na França, conservava uma bandeira brasileira e tinha o hábito de falar diariamente o português para reviver as lembranças do Brasil.

alguns minutos para as refeições, e o repouso da noite era bem curto depois de tantas fadigas. (...) Muitos atos de fé e gratidão a Nosso Senhor pudemos presenciar no devoto santuário (...). Alguns começam a cumprir seus votos ao sair das suas casas (...) [No adro e no largo da igreja] Uns devotos ajoelhados na porta, pés e mãos atados; outros com uma corda passada no pescoço; outros a cabeça presa a um cabresto de animal e fazendo-se puxar por um companheiro em redor da capela, durante a função sagrada. Até os bichos são objetos de promessas, e não faltam cavalos, burros, gados levados devotamente à entrada principal e guardados aí até o fim das cerimônias (AUDRIN, 1946, p. 201-202)

Frei Audrin, como é popularmente conhecido, conta os passos do bispo e narra com precisão o que presenciou na Romaria do Bonfim de Natividade (TO), ficando por vezes abismado com as formas dos romeiros expressarem a fé ao pagar suas promessas, um mix de dor, sacrifício e satisfação. Sobre o bispo, Audrin finaliza afirmando que ele voltara satisfeito para Porto Nacional, por ter entrado em contato “com tão grande número de fieis e multiplicar provas carinhosas de sua feição paternal” (AUDRIN, 1946, p. 203). Por ser uma espécie de auxiliar, Frei Audrin põe luz sobre o lado religioso do bispo, apesar de relatar o cansaço dos trabalhos de rotina. Também relata as formas de pagar promessa com respeito profundo, e por algumas vezes, até bem humorada, como quando ele confundiu um romeiro que pagava promessa com o corpo de um defunto, já que o homem estava deitado dentro da igreja, na hora da missa (AUDRIN, 1946).

A Romaria do Bonfim de Natividade (TO)

A Romaria do Bonfim é uma das importantes festas do Estado em que homem sertanejo sente-se parte da comunidade, do corpo social. Com quase 300 anos, o evento iniciou depois do milagre do retorno da imagem do Bonfim, que fora encontrada na várzea do município de Natividade, por um vaqueiro que morava no povoado às margens do Rio Manoel Alves, a uma distância de 2 km. O mito percorreu o Brasil e arrebanhou milhares de fiéis que se reúnem uma vez ao ano, no povoado de Bonfim, a cerca de 22km de Natividade¹¹.

Dada sua relevância para a região, a Romaria atraía (e até hoje atrai!) devotos de todo o Tocantins e de Estados vizinhos, principalmente do nordeste. O evento religioso ganhou força quando “o devoto Manoel Rodrigues de Oliveira construiu uma modesta ermida nesse local” (OLIVEIRA, 1997, p. 106).

¹¹Tomando outro referencial, a autora Maria de Fátima Oliveira (2010) afirma que a Romaria do Bonfim acontece a 35 léguas de Porto Nacional.

A festa católica acontece anualmente de 5 a 17 de agosto, estando, à luz do pensamento de Brandão (1985) - pesquisador das tradições goianas há mais de 30 anos -, relacionada às atividades do calendário agrícola. O mês de agosto é o ponto culminante da festa, por estar no intervalo entre a colheita e o plantio. Além disso, de junho até setembro são os meses de seca (BRANDÃO, 2004; AUDRIN, 1963).

Seguindo esta linha de argumentação, ao descrever a cultura e o cotidiano de Porto Nacional¹² entre 1880 a 1910, Oliveira assegura que:

As festas religiosas aconteciam em consonância com o calendário religioso, mas podiam ocorrer mudanças na data da comemoração para se adaptar ao calendário agrícola. As divisas entre o urbano e o rural não eram bem definidas, ao contrário, havia uma forte interdependência entre a cidade e o campo. A cidade era, na verdade, uma extensão do campo (OLIVEIRA, 1997, p. 102).

É o caso da Romaria do Bonfim. Ao abordar as identidades e fronteiras nas cidades ribeirinhas do Rio Tocantins, Oliveira (1997) relembra que as festas ao Bonfim aconteciam sempre após as festas de São Domingos, santo onomástico da ordem religiosa dominicana¹³.

Assim, é inegável o valor das festas religiosas para o povoado do Bonfim, embora grupos a vejam como meros momentos de lazer. Não raro, é a partir das comemorações populares, como a do Bonfim, que podemos entender o pensamento e os anseios desta gente, e descobrir projeções do cotidiano e indicações sobre as estruturas e transformações dos costumes de um povo (OLIVEIRA, 1997).

A autora ressalta ainda que:

Tanto as festas religiosas, como as profanas, nas cidades do interior no final do século XIX e começo do XX, eram, sem dúvida, o acontecimento de maior significado no cotidiano dos pequenos municípios, onde os festejos de passagem de ano, ou os do carnaval passavam quase despercebidos (OLIVEIRA, 1997, p. 100).

¹² Citamos Porto Nacional, pelo fato do município de Natividade pertencer canonicamente à Diocese de Porto, o que implica dizer que a Romaria do Bonfim, por estar circunscrita à Natividade, é organizada, concebida e regida pelo bispado de Porto Nacional.

¹³ Santo onomástico é o santo padroeiro e protetor especial da ordem. Pode também inspirá-la com seu exemplo de vida.

Assim, os dias de festa eram felizes e eram momentos de reencontrar parentes, amigos, conhecidos e pessoas de fora. Também de realizar batizados, crismas, casamentos, e, raramente, durante o período das festas eram registrados roubos ou crimes, desordens ou escândalos, no século XX.

Oliveira (1997, p. 128) lembra que naquela época havia uma preocupação em preservar e continuar com as tradições, por um grupo fiel, “daí a verdadeira importância das festas do interior na vida das pessoas”. Sem falar que é durante estes eventos populares que há “supressão do individual e familiar em prol do comunitário” (OLIVEIRA, 1997, p. 102).

A vinculação social, nos moldes do que idealizou Muniz Sodré¹⁴, era uma constante nos eventos do interior. Brandão (2004, p. 28-29) descreve este sentimento:

E não apenas a crença devota em nome da qual algo é celebrado longe dos olhos canônicos do padre, mas a emoção de se sentir que se está convivendo “isso aqui”, junto a outros, iguais ou diferentes, de uma maneira concentrada, efêmera e densa.

É, por assim dizer, uma espécie de perder-se por inteiro no presente completo, diante de uma força de intenso significado e sentimento que acontece de maneira única e irreprodutível (BRANDÃO, 2004).

Para muitos participantes, as festas significavam ato de religião e fé e, de certo modo, carregavam consigo, o estigma primitivo de afastar o mal que ameaça a existência.

Apesar da tentativa de manter a tradição religiosa, as festas são quase sempre atravessadas pelas atividades profanas. Como muitas festas espalhadas pelo Brasil, no Tocantins o sagrado junta-se ao profano e há uma espécie de secularização da vida de forma espetacular nas festas ditas religiosas. Inúmeros autores observaram este fato nas manifestações brasileiras. Segundo Brandão, não era nítida a separação entre o sagrado e profano e leilões, comilanças, bebedeiras e as danças tornavam-se uma continuação natural da missa, das rezas e da procissão, “ao mesmo tempo, uma devoção e uma diversão. E um sentido se dá pelo outro” (BRANDÃO, 2004, p. 29). Assim, “em uma festa de santo, os rituais religiosos e os festejos profanos se combinam alternadamente” (Idem Ibid., p. 29).

As músicas e as ladainhas também estavam presentes e eram comuns nas comemorações religiosas. Os cantos eram acompanhados por instrumentos musicais, como “gaitas, flautins, violas,

¹⁴ Em Muniz Sodré, Vinculação Social é o vínculo, a atração social, como é que as pessoas se mantêm unidas, juntas socialmente. É o laço atrativo, uma obrigação simbólica originária, que faz nascer uma dívida simbólica com o grupo social, um compromisso de vida ou de morte. Não é a mesma coisa que estar junto num território, numa relação de consanguinidade, numa religião, mas é como um comportamento ou uma troca (SODRÉ, 2001; SODRÉ, 2002).

bandolins e violinos”, que, como bem resgata frei Audrin, eram fabricados pelos próprios moradores (AUDRIN, 1963, p. 115).

As inúmeras possibilidades que se abriam para a festa, seguia também o regimento da fartura e do comer sem medidas. A comida farta era outro valor característico das festas. Momento em que os mais abastados ofertam comida para o povo simples e a comilança era ponto comum nos eventos de santo.

No período das festas ocorria uma transformação no comportamento dessa gente simples. Essa era a época de rezas, agradecimentos pelas dádivas recebidas e pagamento de promessas, era também época de comida e bebida farta e de graça, o reencontro de parentes e amigos, casamentos e batizados e as danças, que sempre possibilitava o surgimento de um novo namoro que terminaria em casamento nas festas do ano seguinte (OLIVEIRA, 1997, p. 140).

A socialização oportunizada pelas festas proporcionava também aproximação de pessoas, namoro e até casamentos. Ainda sobre a fartura, ao estudar as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e Natividade, Messias (2010) confirma a existência de mesas fartas com comes e bebes, sendo tudo de graça.

Do mesmo modo, o lado profano se evidencia através da venda e consumo de produtos, bem como negócios de toda sorte que são realizados durante a romaria, além das serestas e bebedeiras. Até o próprio Frei Audrin já tinha explicitado este fato em um excerto de sua obra. Segundo ele (1963, p. 126) há muitos eventos dentro da romaria que fogem da fiscalização do padre e que “não é de estranhar que se tornem, facilmente, ocasiões de gestos e práticas um tanto contrários ao bom senso cristão”.

Ainda sobre a profanação da festa, Souza observou que, mesmo cumprindo as tarefas religiosas, muitos devotos buscam satisfazerem-se também nos eventos profanos. Diz o autor:

Pode acontecer de o devoto, depois de ter cumprido seus rituais religiosos, sentir-se no direito de aproveitar outras tipologias de espaço durante a festividade da qual está participando. No caso do Bonfim, a Igreja impulsiona esse modo de agir, garantindo, assim, um maior e mais pomposo público, do ponto de vista financeiro (SOUZA, 2012, p. 233)¹⁵.

¹⁵ No mesmo texto, após aplicar inquéritos no Bonfim em 2011, Souza (2012, p. 233-234) aborda que 93% dos entrevistados pretendiam participar das celebrações religiosas da Romaria. Sobre as intenções de participar

Até pelo fluxo e aglomeração de pessoas, as festas intensificavam as trocas comerciais e eram verdadeiras oportunidades para os moradores do campo adquirirem os bens comercializados comumente na cidade, de acordo com Oliveira (1997).

Souza (2012) afirma que as atividades profanas crescem a cada ano. De fato, a venda e o consumo de produtos e serviços durante a Romaria são cada vez maiores. Fitinhas do Bonfim, venda de água, cachaça, com diversos estabelecimentos comerciais incitando os romeiros a imergir no profano. Após estudos realizados na região, em 2011, Souza (2012, p.229) afirma que o espaço da Romaria do Bonfim proporciona “eventos paralelos em bares e boates e mesmo o comércio variado, entre outros”, e todos eles “têm frequência assegurada pelo impulso gerado pela festa religiosa”. As práticas profanas são verdadeiros rituais de consumo, que segundo Alves e Amaral Filho, ao estudar os espetáculos culturais na Amazônia, assim os conceituam:

Os rituais de consumo organizam-se na ordem da economia de mercado, pela oferta de um complexo de produtos e serviços que se diversificam a partir de possibilidade existentes no processo generalizado da produção. Os espetáculos culturais entram na oferta por que atraem o grande público e representam a vida e a tradição local e potencializarem a geração de trabalho e renda, reajustando deste modo, relações econômicas e sociais internas destas comunidades e do mercado (AMARAL FILHO; ALVES, 2013, p. 17).

Embora seja visto de forma profana e demonizada por muitos autores, a comercialização de produtos e serviços na Romaria representa também uma oportunidade única e anual de gerar postos de trabalho e circulação de renda numa comunidade essencialmente agropastoril.

Este fator foi também observado por Almeida e D’Abadia (2010). Para as autoras, a territorialidade religiosa altera o cotidiano na medida em que ruas são ocupadas, novos habitantes temporários chegam ao lugar da festa e atrativos de lazer diversificados são oferecidos durante o período festivo. É o que acontece no povoado de Bonfim, em Natividade (TO), que, segundo Souza (2012, p. 226) passa de “um estágio predominantemente rural para um momentaneamente ‘urbanizado’”.

E por fim, e não menos importante, incluímos também nesta categoria sagrado *versus* profano, a presença de figuras do cenário político local no dia da Missa do Romeiro, realizada sempre em 15 de

de atividades profanas, um total de 20% dos entrevistados demonstrou interesse em participar de atividades não religiosas. Ele também questionou se os entrevistados consideravam a Romaria do Bonfim de Natividade uma festa sagrada, ao passo que 97% respondeu que sim.

agosto, com a intencionalidade de ganhar visibilidade junto aos públicos da Romaria, fazendo uso da religiosidade e cultura para angariarem novos votos e manter os antigos aliados¹⁶.

Conclusão

Ao constatar que as festas religiosas do considerado catolicismo popular seguem semelhantes ritos em todo o Brasil, em Natividade não poderia ser diferente. A festa proporciona aos participantes inúmeras experiências e diferentes vivências durante o mesmo evento, que mesclam o sagrado e o profano. Como nas manifestações religiosas tradicionais brasileiras é comum mitificar a origem da devoção, Natividade também está inclusa nesta observação, já que o mito representa o desejo de milagre do povo trabalhador, simples e do campo.

No início do século XX, Frei José Maria Audrin vivenciou uma rica experiência na Região de Natividade, descrevendo o que viu, ouviu e sentiu. Para a época, a sacralização da vida era uma lei e viver neste período era sempre manter-se sobre o ar religioso que se instala especialmente no interior do país, nos pequenos povoados rurais, onde esta espécie de catolicismo é forte característica para seguir a caminhada da fé.

Oliveira (1997) lembra que a história das festas não nos afasta da História, porém, oferece ricos subsídios para torná-la mais compreensível, mais rica, mais dinâmica e até mais humana. Basta observar a preocupação da história em documentar e registrar estas festas populares, para evidenciar a afirmação da autora.

Concluimos, portanto, que as festas religiosas sempre estiveram presentes no contexto da formação do povo goiano e tocantinense, e ainda hoje são realizadas, seguindo o calendário agrícola, no Tocantins, por terem relevado valor religioso, de lazer e importantes momentos de encontros.

Referências Bibliográficas

AMARAL FILHO, Otacílio; ALVES, Regina de Fátima Mendonça. **Os espetáculos culturais na Amazônia: o Círio de Nazaré**. In: [Anais do] IV Congresso Internacional de

¹⁶ Recentemente, desenvolvemos artigo, no prelo, sobre o uso político da cultura por autoridades políticas do Tocantins e suas estratégias de aproximação e identificação destes com seus públicos presente no evento-auge da Romaria. Confira: DIAS, Weberson Ferreira; RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves. **Poder, Religião e Comunicação: O Uso Político da Cultura na Romaria do Bonfim, em Natividade (TO)**. In: Agro Centro-Oeste Familiar 2017: VI Seminário Científico sobre Agricultura Familiar, Goiânia, 2017. No prelo.

Estudos Linguísticos e Literários [recurso eletrônico]. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA, 2013.

AUDRIN, José Maria. **Entre os sertanejos e índios no norte**. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

_____. **Os Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De tão longe eu venho vindo**; símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

BRITTO, Francisco de. **Memórias de outro tempo: 1904-1959** Goiânia: Editora e Gráfica Abertura, 1980.

CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. **O legislativo em Goiás**. Goiânia: Assembleia Legislativa de Goiás, 1996.

CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do Padre João**. Tocantinópolis: Edição da Autora, 1977.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira; ALMEIDA, Maria Geralda. **Festas Religiosas e Pós-modernidade**. Revista GEONORDESTE, Ano XX, n. 2, 2010. <http://www.campusitabaiana.ufs.br/npgeo/geonordeste/20092/FESTAS%20RELIGIOSAS%20E%20P%C3%93S-MODERNIDADE.pdf>. Acesso em: 26 Fev. 2017.

DIAS, Weberson Ferreira; AMARAL FILHO, Otacílio. (2013). **Possibilidades de Comunicação em Romarias**. (On-line). INTERCOM. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1543-1.pdf>>. Acesso em: 19 Fev de 2017.

DIAS, Weberson Ferreira; RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves. **Poder, Religião e Comunicação: O Uso Político da Cultura na Romaria do Bonfim, em Natividade (TO)**. In: Agro Centro-Oeste Familiar 2017: VI Seminário Científico sobre Agricultura Familiar, Goiânia, 2017. No prelo.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. Goiânia: Editora Líder, 1988.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade – TO**. Goiânia, Programa de Pós-Graduação em História – UFG, 2010, Tese de doutorado.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880 / 1910**. Goiânia, Programa de Pós-Graduação em História – UFG, 1997, Dissertação de mestrado.

PALACÍN, Luis. **Sociedade Colonial (1549-1599)**. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1981.

PALACIN, Luís; GARCIA, Leônidas Franco; AMADO, Janaína. **História de Goiás em Documentos: Colônia**. Goiânia: UFG, 1995.

PALACIN, Luis. **Coronelismo no extremo norte de Goiás**: o padre Joao e as três revoluções de Boa Vista. Goiânia: CEGRAF; São Paulo: Loyola, 1990.

PASSOS, Lindolpho Emiliano dos. **Goiás de ontem**: memórias militares e políticas. Goiânia: Norton de Camargo Passos, 1986.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, M. **Objeto da comunicação é a vinculação social**. PCLA, São Bernardo do Campo, v. 3, n.1, 2001. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista9/entrevista%2091.htm>>. Acesso em: 26 Fev. 2017.

SOUSA, Tomé de. O Regimento de Tomé de Sousa. In: **História documental do Brasil**. SP: Record, 1968.

SOUZA, José Arilson Xavier. **Entendimentos Geográficos da Religião e Peregrinações: Em Análise a Romaria do Senhor do Bonfim em Natividade (TO)**. Boletim Goiano de Geografia (Online), v. 32, n.2, 2012.